

PROCESSO - A. I. Nº 207095.1121/05-9
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - MENEZES E VALENÇA LTDA. (1001 OPÇÕES)
RECURSO - REPRESENTAÇÃO DA PGE/PROFIS
ORIGEM - INFAZ ALAGOINHAS
INTERNET - 28/12/2006

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0464-11/06

EMENTA: ICMS. EXCLUSÃO DE DÉBITO. Representação proposta com base no artigo 119, II, §1º c/c artigo 136, § 2º, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), a fim de que seja excluído o débito deste lançamento, por ter ficado comprovado que o autuado entregou a documentação solicitada pela fiscalização, não se configurando, portanto, o ilícito fiscal apontado. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Representação proposta pela PGE/PROFIS com fundamento no artigo 119, inciso II, e seu § 1º, c/c com o artigo 136, § 2º, todos da Lei nº 3.956/81 (COTEB), face ao Controle da Legalidade exercido por aquele órgão, conforme previsto no artigo 31-A, inciso I, da Lei nº 8.207/02, com a redação introduzida pela Lei Complementar nº 19/03, propondo que seja declarada a improcedência do presente Auto de Infração, no qual se exige a multa de R\$90,00 por falta de apresentação de livros fiscais, quando devidamente intimado.

As Dras. Mara Lina Silva do Carmo e Ângeli Maria Guimarães Feitosa apresentaram Parecer ressaltando que, do exame dos elementos processuais, constata-se que o autuado foi intimado, por meio de *e-mails*, a apresentar os livros e documentos fiscais no prazo de 10 dias (fl. 5) e, conforme se observa do documento juntado à fl. 29, entregou o que lhe foi solicitado à servidora Ana Maria Carvalho Ferreira Lima. Ocorre que, como informado pelo próprio autuante (fl. 30), a servidora mencionada não repassou a documentação fiscal para a análise, o que ensejou a lavratura do presente lançamento.

Sendo assim, comprovada a inexistência da infração apontada, entendem evidenciada a ilegalidade flagrante da autuação, razão pela qual opinam pela Representação ao CONSEF para que seja declarada a improcedência do Auto de Infração.

A Dra. Maria Olívia T. de Almeida acatou o Parecer e o Procurador Chefe da PGE/PROFIS, Dr. Jamil Cabús Neto, representou, então, a este CONSEF (fl. 35) para que seja declarada a Improcedência deste Auto de Infração, acolhendo os Pareceres exarados.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir a multa de R\$90,00, por descumprimento de obrigação acessória, em decorrência da falta de apresentação de livros fiscais, quando regularmente intimado.

Do exame dos autos, verifico que foi enviada a intimação por meio de *e-mail* (fl. 5) e o autuado cumpriu a solicitação entregando a documentação à servidora da Inspeção Fazendária, Sra. Ana Maria Carvalho Ferreira Lima, que, por um equívoco, não a repassou ao autuante para a verificação, conforme reconhecido pelo próprio preposto fiscal, o qual, inclusive, pediu a improcedência da autuação (fls. 29 e 30).

Sendo assim, entendo que está correta a PGE/PROFIS, ao propor a improcedência do Auto de Infração, por ilegalidade flagrante.

Pelo exposto, voto pelo ACOLHIMENTO da Representação proposta.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta.

Sala das Sessões do CONSEF, 07 de dezembro de 2006.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA – RELATORA

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR - REPR. DA PGE/PROFIS